

**PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO DA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO ACRE**



CADERNO DE PROVAS



**COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC – 2013
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS**

PROVA DO PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO – PGE/AC – 2013

QUESTÕES OBJETIVAS

DIREITO CONSTITUCIONAL/AMBIENTAL

1. São órgãos do Poder Judiciário, EXCETO:

- a) Conselho Nacional de Justiça.
- b) Tribunais e Juízes Militares.
- c) os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
- d) Fórum Nacional de Juizados Especiais.

2. Assinale a opção INCORRETA acerca das súmulas vinculantes:

- a) Terá efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário. Entretanto, esse efeito não se estende à Administração Pública em virtude da separação dos Poderes, princípio fundamental insculpido na Constituição Federal.
- b) Somente o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, editar súmulas vinculantes.
- c) A aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade
- d) A súmula vinculante terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

3. Acerca da ação direta de inconstitucionalidade (ADI), é CORRETO afirmar que:

- a) Trata-se de controle abstrato de constitucionalidade, razão pela qual produz efeitos *erga omnes* e vinculante.
- b) Não é possível, em hipótese alguma, a modulação temporal de seus efeitos, porquanto a norma inconstitucional é nula *ab ovo*, e não se sujeita, portanto, à convalidação.
- c) Possui como legitimados, dentre outros, o Presidente da República, o Governador de Estado, o Prefeito de Município e o Procurador-Geral do Estado.
- d) Em virtude da relevância dos interesses em jogo, o que enseja o *periculum in mora* inverso, não é cabível a concessão de medida cautelar. Com efeito, essa foi a orientação adotada pela Lei 9.868/99.

4. João, ex-servidor público, ajuizou ação indenizatória por danos materiais em face do Estado XXX, pleiteando a quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), sob o fundamento de que em 2012, no órgão em que esteve lotado, exercia funções idênticas a outros servidores que recebiam remuneração superior a sua. Por essa razão, postulou a equiparação salarial referente ao período em que exerceu o cargo público.

Distribuída a demanda para o Juizado Especial da Fazenda Pública, o pleito foi julgado improcedente. Entretanto, João manejou recurso para a Turma Recursal, o qual foi provido, reformando-se *in totum* a sentença. Irresignado, o Estado XXX pretende interpor recurso em face desse acórdão.

Pergunta-se: levando-se em consideração as normas de competência delineadas na Constituição Federal, qual o recurso cabível nessa situação hipotética?

- a) Recurso Especial.
- b) Recurso Extraordinário.
- c) Embargos Infringentes.
- d) Recurso Ordinário Constitucional.

5. O Governador do Estado XXX apresenta proposta de lei que dispõe acerca do aumento de remuneração de determinada classe de servidores públicos integrantes dos quadros do Poder Executivo, com o consequente aumento da jornada semanal de trabalho, que será majorada de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas. Instada a se manifestar, a Procuradoria-Geral do Estado deverá elaborar parecer no seguinte sentido:

- a) A lei é inconstitucional, pois compete exclusivamente à Assembleia Legislativa do Estado XXX a iniciativa de leis sobre o aumento de remuneração.
- b) A lei é inconstitucional, pois os servidores públicos, uma vez tendo assumido o cargo público, possuem direito adquirido a manter a jornada de trabalho inicialmente estipulada em lei.
- c) Não há nenhum vício na referida proposta, porquanto observadas as limitações de ordem material e formal do Poder Constituinte Derivado.
- d) A lei, embora não padeça de nenhum vício de inconstitucionalidade, se revela desnecessária. Isso porque o Governador pode aumentar a remuneração dos servidores públicos e alterar a

jornada de trabalho mediante mero decreto, com fulcro em seu poder regulamentar.

6. Determinadas normas constitucionais, denominadas cláusulas pétreas, apresentam limitações materiais para o Poder Constituinte Derivado. São cláusulas pétreas, EXCETO:

- a) Separação dos Poderes.
- b) Voto direto, secreto, universal e periódico.
- c) Direitos e garantias individuais.
- d) Normas que tratam da previdência pública dos servidores públicos.

7. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

- a) As ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, independentemente da natureza estatutária ou celetista do vínculo de trabalho.
- b) As ações que envolvam exercício do direito de greve.
- c) *Habeas corpus*, quando o paciente for Juiz do Trabalho ou membro do Tribunal Regional do Trabalho.
- d) Os crimes contra a organização do trabalho.

8. Acerca dos remédios constitucionais, é CORRETO afirmar que:

- a) O mandado de segurança se sujeita ao prazo decadencial de 90 (noventa) dias, a contar da ciência do ato impugnado pelo interessado. Expirado o prazo decadencial, cabe ao particular, contudo, a via ordinária.
- b) Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Entretanto, o *habeas corpus* se sujeita ao prazo decadencial de 6 (seis) meses.
- c) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado pelo Ministério Público ou por qualquer cidadão, desde que observado o prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias.
- d) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

9. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, EXCETO:

- a) Fundo de garantia do tempo de serviço.
- b) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

c) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

d) Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

10. Acerca dos servidores públicos, é CORRETO afirmar que:

- a) São estáveis após 5 (cinco) anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- b) É lícita a acumulação remunerada de 2 (dois) cargos de professor, independentemente da compatibilidade de horários.
- c) Embora os servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo façam jus à estabilidade, tal garantia não é absoluta. Assim, a Constituição permite a perda do cargo no caso de sentença judicial transitada em julgado.
- d) Os servidores públicos possuem regime jurídico estatutário próprio, razão pela qual não fazem jus a nenhum dos direitos sociais previstos no art. 7º da Constituição Federal. Assim, cabe a cada ente federativo estabelecer quais direitos sociais serão reconhecidos aos seus servidores.

11. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta dos seguintes legitimados, EXCETO:

- a) De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- b) Do Presidente da República;
- c) De mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- d) Do Presidente do STF, porém apenas quando a proposta versar sobre as garantias da magistratura.

12. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal têm como função:

- a) Exercer a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- b) A orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados.
- c) Promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- d) Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

13. Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a Constituição Federal estabelece diversas incumbências ao Poder Público, dentre as quais NÃO se inclui:

- a) Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- b) Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente
- c) Vedar, em qualquer caso, a instalação de usinar nucleares em território nacional, com amparo no princípio da precaução.
- d) Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.

DIREITO CIVIL/PROCESSUAL CIVIL

14. Julgue as seguintes assertivas:

I – A ab-rogação ocorre quando se torna sem efeito parte do texto de uma norma legal por outra norma legal. Já a derrogação é a supressão total do texto da norma por outra emergente.

II – No tocante à aplicação da norma jurídica no tempo, a irretroatividade é a regra, a retroatividade é a exceção; valendo para o futuro ou passado, deve a lei respeitar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

III – A Lei de Introdução consagra que, no que concerne ao começo e fim da personalidade, inclusive quanto ao nome, à capacidade, e aos direitos de família, devem ser aplicadas as leis do país em que a pessoa nasceu.

IV – Para ser executada no Brasil, a sentença estrangeira deve, entre outros requisitos, ser homologada pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ.

V – De acordo com o art. 2º da Lei de Introdução, a lei, não se destinando à vigência temporária, terá vigor até que outra a modifique ou revogue. Trata-se do princípio da observância obrigatória das leis.

A partir do julgamento feito, marque a opção CORRETA:

- a) Estão corretas apenas as opções I, III e V.
- b) Estão corretas apenas as opções I, II e IV.
- c) Estão corretas apenas as opções II e IV.
- d) Estão corretas apenas as opções III e V.

15. É causa de cessação, para os menores, da incapacidade:

- a) A concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, sob homologação judicial, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- b) O estabelecimento civil ou comercial, ou a existência de relação de emprego, desde que, em

função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

- c) A colação de grau no Ensino Médio.
- d) Pelo exercício de emprego.

16. No tocante ao domicílio, marque a resposta ERRADA:

- a) O domicílio da União é o Distrito Federal.
- b) A pessoa natural, que não possuir residência habitual, terá por domicílio o lugar onde for encontrada.
- c) Um menor de 16 anos de idade, um Técnico-Judiciário lotado e em exercício no Tribunal de Justiça e um Tenente do Exército brasileiro têm domicílio obrigatório.
- d) As sociedades empresárias têm como domicílio obrigatório a capital do Estado onde possuem registro na respectiva Junta Comercial.

17. Quanto aos bens, julgue os itens abaixo:

- I – O direito à sucessão aberta é um bem imóvel;
- II – A energia elétrica é um bem móvel.
- III – São benfeitorias voluptuárias aquelas que facilitam ou aumentam o uso do bem.
- IV – Bens públicos dominicais são aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- V – O uso comum dos bens públicos deve sempre ser retribuído.

Estão CORRETAS as opções:

- a) I, II e IV.
- b) II, III e V.
- c) I, III e IV.
- d) II, IV e V.

18. Marque a opção CORRETA:

- a) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos cointeressados capazes, mesmo quando indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- b) A deterioração ou destruição de coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente, somente pode ser considerado ato lícito quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.
- c) Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.
- d) Nos negócios jurídicos, enquanto não se verifica a condição resolutiva, não se terá adquirido o direito a que ele visa.

19. Marque a resposta INCORRETA:

a) O erro, como causa de anulabilidade dos negócios jurídicos, não prejudica a validade destes quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, oferecer-se para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.

b) O estado de perigo se configura quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, obriga-se a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

c) As garantias de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum credor se presumem fraudatórias dos direitos dos outros credores.

d) O negócio jurídico é nulo quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.

20. Considere as seguintes assertivas:

I – A prescrição diz respeito a direitos potestativos, enquanto a decadência diz respeito a direitos subjetivos;

II – Não corre a prescrição, pendendo sobre o negócio jurídico condição suspensiva;

III – O despacho do juiz incompetente que ordena a citação, se o interessado a promove no prazo e na forma da lei processual, é causa interruptiva da prescrição;

IV – A prescrição somente pode ser interrompida uma única vez e somente pelo titular do direito envolvido;

V – O prazo geral de prescrição, quando não for fixado outro, é de vinte anos.

Estão CORRETAS as opções:

a) I, III e V.

b) II, IV e V.

c) I e IV.

d) II e III.

21. Sobre a Teoria da Ação, Condições da Ação e Pressupostos Processuais, é CORRETO afirmar que:

a) O Código de Processo Civil brasileiro adotou expressamente a chamada “Teoria da Asserção”, de Enrico Tullio Liebman.

b) A existência de órgão investido de jurisdição, a capacidade das partes e a demanda veiculada na petição inicial são as três condições da ação elencadas no Código de Processo Civil brasileiro.

c) É lição consagrada na doutrina brasileira que interesse de agir é condição da ação cujo exame passa pela verificação de duas circunstâncias, a “utilidade” e a “necessidade” do pronunciamento judicial, havendo ainda quem acrescente a “adequação” como terceira circunstância a ser analisada.

d) Somente será considerada legítima a parte que obtiver provimento jurisdicional favorável ao final do processo.

22. Acerca dos Princípios do Direito Processual Civil brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

a) Estará respeitado o Princípio do Contraditório pela simples participação da parte nos atos do processo, pouco importando a possibilidade ou não de influência na decisão judicial.

b) De acordo com o Princípio da Publicidade todos os atos processuais hão de ser públicos, não sendo admitida em nenhuma hipótese a restrição a sua publicidade.

c) Pelo Princípio da Duração Razoável do Processo a decisão judicial deverá ser proferida em prazo razoável, sendo evitadas dilações indevidas que não contribuam para a solução da lide.

d) Em decorrência do Princípio da Igualdade Processual ou Paridade de Armas, quando uma das partes for assistida em juízo pela Defensoria Pública, não poderá a outra parte ser assistida por advogado particular.

23. Acerca da Capacidade Processual, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo. Os incapazes serão representados ou assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da lei civil.

b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios serão representados em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores.

c) As pessoas jurídicas serão representadas em juízo, ativa e passivamente, por quem os respectivos estatutos designarem, ou, não havendo tal designação, por seus diretores.

d) Verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o juiz extinguirá de imediato o processo sem resolução de mérito, não podendo adotar qualquer outra providência.

24. Sobre a Resposta do Réu no Processo Civil Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

a) É lícito a qualquer das partes arguir, por meio de exceção, apenas a incompetência ou a suspeição.

b) O réu poderá oferecer, no prazo de 15 (quinze) dias, em petição escrita, dirigida ao juiz da causa, contestação, exceção e reconvenção.

c) A contestação e a reconvenção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas; a exceção será processada em apenso aos autos principais.

d) Compete ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.

25. A respeito a comunicação dos atos processuais e contagem dos prazos, assinale a alternativa CORRETA:

a) A intimação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender, enquanto a citação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa.

b) A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.

c) Começa a correr o prazo quando a citação ou intimação for pelo correio, na mesma data do recebimento da carta citatória;

d) O prazo para a interposição de recurso conta-se do quinto dia útil subsequente da data, em que os advogados são intimados da decisão, da sentença ou do acórdão.

26. São recursos cabíveis no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública:

a) Embargos de Declaração, Recurso Inominado e Recurso Extraordinário.

b) Agravo de Instrumento, Recurso Inominado e Recurso Especial.

c) Embargos de Declaração, Apelação e Recurso Extraordinário.

d) Embargos de Divergência, Recurso Inominado e Recurso Especial.

27. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que representa uma das prerrogativas processuais da Fazenda Pública:

a) O prazo em quádruplo para contestar, recorrer contra-arrazoar recursos.

b) A direito de requerer ao juízo competente que as audiências nos processos em que for parte sejam realizadas em dia e hora que lhe sejam convenientes.

c) A impossibilidade de concessão de medidas liminares que lhe sejam contrárias, em qualquer caso.

d) O duplo grau de jurisdição obrigatório nas sentenças que lhe forem contrárias, salvo determinadas exceções.

28. Acerca da Execução no Processo Civil brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas o credor a quem a lei confere título executivo poderá promover a execução forçada.

b) Após iniciada a execução não poderá o credor dela desistir, em nenhuma hipótese.

c) Na Execução contra a Fazenda Pública, se o credor for preterido no seu direito de preferência, o presidente do tribunal, que expediu a ordem, poderá, depois de ouvido o chefe do Ministério Público, ordenar o seqüestro da quantia necessária para satisfazer o débito.

d) A Fazenda Pública submete-se a todos as disposições gerais relativas ao processo de execução, não sendo submetida a qualquer norma especial.

DIREITO ADMINISTRATIVO

29. São princípios informativos do Direito Administrativo, que o distinguem dos demais ramos no disciplinamento das relações jurídicas sob sua incidência:

a) Comutatividade na solução dos interesses em questão.

b) Subordinação do interesse público aos princípios administrativos.

c) Predominância da discricionariedade administrativa.

d) Supremacia e indisponibilidade do interesse público.

30. Os atos administrativos são vinculados ou discricionários em razão da maior ou menor liberdade que tem a Administração Pública para agir ou decidir. Assim, pode-se afirmar que o ato administrativo é discricionário quando:

a) É praticado conforme um dos comportamentos que a lei prescreve.

b) É insuscetível de exame pelo Poder Judiciário.

c) Admite o exame pelo Judiciário apenas quanto à conveniência e oportunidade.

d) É praticado conforme o único comportamento que a lei prescreve.

31. Considere as seguintes assertivas sobre os atos administrativos:

I – Todos os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade, ou seja, o seu destinatário tem o encargo de provar que o ato administrativo viola o ordenamento jurídico.

II – Atos administrativos discricionários são aqueles que têm estabelecidos previamente os seus requisitos e condições de realização, impossibilitando o juízo de conveniência e oportunidade por parte do administrador;

III - Atos administrativos vinculados são aqueles que permitem ao administrador realizar juízo de conveniência e oportunidade;

IV - A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos,

e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Indique a alternativa CORRETA:

- a) Apenas o item IV está correto.
- b) Os itens I e IV estão corretos.
- c) Os itens II e IV estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.

32. Com relação ao procedimento de licitação, considere:

I. A Administração Pública não pode, concluído o procedimento, atribuir o objeto da licitação a outrem que não o vencedor.

II. O julgamento das propostas há de ser feito de acordo com os critérios fixados no edital.

As proposições citadas correspondem, respectivamente, aos princípios licitatórios da:

- a) Isonomia e julgamento objetivo.
- b) Impessoalidade e vinculação ao instrumento convocatório.
- c) Moralidade e legalidade.
- d) Adjudicação compulsória e julgamento objetivo.

33. São modalidades de licitação:

- a) Concurso, tomada de preços, convite e pregão.
- b) Concorrência, tomada de preços, leilão e menor preço.
- d) Concurso, convite, pregão e menor preço.
- d) Concorrência, tomada de preços, convite e menor preço.

34. Acerca da responsabilidade extracontratual do Estado, que teoria foi adotada pela Constituição de 1988?

- a) Teoria do risco integral.
- b) Teoria do risco administrativo.
- c) Teoria da culpa administrativa.
- d) Teoria da culpa subjetiva.

35. Quais os elementos da responsabilidade civil do Estado e suas causas excludentes?

- a) Elementos: ato ilícito, culpa e nexos de causalidade. Excludentes: culpa exclusiva da vítima, fato de terceiro, caso fortuito e força maior.
- b) Elementos: conduta, dano e nexos de causalidade. Excludentes: ausência de dolo ou culpa, culpa exclusiva da vítima, caso fortuito e força maior.
- c) Elementos: ato ilícito, culpa e nexos de causalidade. Excludentes: ausência de dolo ou culpa, culpa exclusiva da vítima, caso fortuito e força maior.
- d) Elementos: conduta, dano e nexos de causalidade. Excludentes: culpa exclusiva da vítima, fato de terceiro, caso fortuito e força maior.

36. Aponte a alternativa INCORRETA:

- a) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- b) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- c) O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- d) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

37. Sobre bens públicos, indique a alternativa INCORRETA:

- a) Os bens públicos são imprescritíveis, ou seja, não podem ser adquiridos por meio de usucapião.
- b) Os bens públicos apenas podem ser penhorados para o cumprimento de execução de título judicial.
- c) Os bens públicos, em regra, não podem ser alienados.
- d) Ocorre a desafetação quando um bem público deixa de ser utilizado para alguma finalidade pública.

38. Considere as seguintes assertivas sobre Administração Direta e Indireta:

I – as entidades da Administração Indireta são órgãos do Poder Público, tais como os ministérios e secretarias de Estado, sob a mesma personalidade jurídica do ente estatal que as originaram;

II – as sociedades de economia mista têm personalidade jurídica de direito privado, com a finalidade de explorar atividade econômica. Seu capital social composto por recursos públicos e privados, exigindo-se que a maioria das ações seja de titularidade do Poder Público.

III – as empresas públicas têm personalidade jurídica de direito público ou privado, conforme exerçam prestação de serviços públicos ou explorem atividade econômica. Seu capital social é composto exclusivamente por recursos públicos.

IV – as entidades da Administração Indireta com personalidade jurídica de direito privado somente podem admitir pessoal por meio do regime da CLT.

Indique a alternativa CORRETA:

- a) Apenas o item II está correto.
- b) Os itens II e IV estão corretos.
- c) Os itens II e III estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.

39. Qual o prazo decadencial que possui o Poder Público para declarar a nulidade dos atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários?

- a) 5 anos, salvo comprovada má-fé.
- b) 5 anos, independentemente de má-fé.
- c) 3 anos, salvo comprovada má-fé.
- d) 3 anos, independentemente de má-fé.

40. Considere as seguintes assertivas sobre servidores públicos:

I – São formas de provimento de cargo público: nomeação, readaptação, reversão, reintegração e recondução.

II – A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

III – Será anulada a nomeação se a posse não ocorrer no prazo legal.

IV – A exoneração de cargo efetivo será precedida de processo administrativo disciplinar, assegurado o contraditório e ampla defesa.

Indique a alternativa CORRETA:

- a) Os itens I, III e IV estão corretos.
- b) Os itens II e IV estão corretos.
- c) Os itens I e II estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO/TRIBUTÁRIO

41. São requisitos da relação de emprego:

- a) Pessoaalidade, habitualidade, onerosidade, subordinação e alteridade.
- b) Pessoaalidade, eventualidade, onerosidade, subordinação e alteridade.
- c) Pessoaalidade, habitualidade, onerosidade, subordinação e assiduidade.
- d) Pessoaalidade, eventualidade, onerosidade, subordinação e assiduidade.

42. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou tempo de serviço.
- b) Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, ainda que diferente a produtividade,

prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade.

c) Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade, ainda que o paradigma seja trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental.

d) Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade.

43. Segundo o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho:

a) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional;

b) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, ainda que não haja participado da relação processual e não conste do título executivo judicial.

c) Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

d) A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral, excetuadas as multas de natureza processual.

44. São órgãos da Justiça do Trabalho:

a) O Tribunal Superior do Trabalho; os Tribunais Regionais do Trabalho; os Juízes do Trabalho.

b) O Tribunal Superior do Trabalho; os Tribunais Regionais do Trabalho; os Juízes do Trabalho; as Juntas de Conciliação e Julgamento.

c) O Conselho Nacional da Justiça do Trabalho; o Tribunal Superior do Trabalho; os Tribunais Regionais do Trabalho; os Juízes do Trabalho.

d) O Tribunal Superior do Trabalho; os Tribunais de Alçada Trabalhista; os Juízes do Trabalho.

45. São recursos trabalhistas:

- a) recurso ordinário, embargos de declaração, agravo de instrumento, recurso especial e agravo de petição.
- b) recurso ordinário, embargos de declaração, agravo de instrumento, recurso extraordinário e apelação.
- c) recurso ordinário, embargos de declaração, agravo de instrumento, recurso de revista e agravo de petição.
- d) recurso ordinário, embargos de declaração, agravo retido, recurso de revista e agravo de petição.

46. Quanto aos princípios e regras do Sistema Tributário Nacional previsto na Constituição Federal de 1988, marque o item INCORRETO:

- a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir impostos, taxas e contribuição de melhoria.
- b) Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.
- c) As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- d) Os impostos e a contribuição de melhoria são tributos não vinculados e as taxas são tributos vinculados.

47. De acordo com as limitações ao poder de tributar, no tocante a imunidade prevista no art. 150, inciso VI, alínea “a” da Constituição Federal de 1988, também conhecida como imunidade recíproca, analise os enunciados e marque a assertiva CORRETA:

I – De acordo com a imunidade recíproca fica vedada a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre a renda, patrimônio e serviços, uns dos outros.

II – A imunidade recíproca é extensiva às autarquias e às fundações mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

III – A imunidade recíproca se aplica ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, exonerando a contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.

- a) Todos enunciados estão incorretos.
- b) Todos enunciados estão corretos.
- c) Apenas os enunciados I e II estão corretos.
- d) Apenas os enunciados I e III estão corretos.

48. No tocante aos impostos de competência dos Estados e do Distrito Federal, analise os enunciados e marque a assertiva INCORRETA:

- a) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- b) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- c) Compete ao Distrito Federal instituir impostos sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- d) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre a propriedade de veículos automotores.

49. Dentre as modalidades de extinção do crédito tributário, assinale a assertiva INCORRETA:

- a) o pagamento.
- b) a remissão.
- c) a moratória.
- d) a decisão judicial passada em julgado.

50. A respeito da dívida ativa, julgue os itens a seguir assinalando a assertiva CORRETA:

- a) A dívida regularmente inscrita goza de presunção absoluta de certeza e liquidez e não pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
- b) A dívida regularmente inscrita goza de presunção relativa de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- c) O Termo de inscrição da dívida ativa, lavrado por autoridade competente, dispensa a indicação da maneira de calcular os juros de mora acrescido, bem como a origem e a natureza do crédito e a menção específica da disposição da lei em que seja fundado.
- d) A certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa não terá os mesmos efeitos da certidão negativa.

QUESTÃO DISCURSIVA

“Em reunião com prefeitos e governadores das 27 unidades federativas, a presidente Dilma Rousseff anunciou nesta segunda-feira (24), no Palácio do Planalto, em Brasília, que irá pedir um plebiscito que autorize uma Constituinte (órgão colegiado que tem como função redigir ou reformar a Constituição) para fazer a reforma política.”

(Fonte: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/24/dilma-anuncia-que-vai-pedir-plebiscito-por-reforma-politica.htm>)

Considerando os recentes acontecimentos e as discussões jurídicas acerca do tema da reportagem supracitada, disserte em, no máximo, 25 linhas sobre:

- Poder Constituinte, suas classificações e principais características.
- Limitações de ordem material e formal para reformar a Constituição.

RESPONDER NO ESPAÇO DISPONÍVEL NO VERSO DA FOLHA DE RESPOSTAS